

Educação profissional – Novos paradigmas, novas práticas

Sônia de Almeida do Nascimento

Escola de Música Villa-Lobos – Funarj
e-mail: sonian@domain.com.br

Resumo. As mudanças nas concepções e práticas da educação musical são fruto de diversas causalidades. A partir da reflexão acerca dos condicionantes dessas mudanças, torna-se possível a compreensão do deslocamento, no bojo das atuais políticas educacionais, da concepção de ensino profissionalizante para a concepção de educação profissional. As atuais políticas educacionais, no Brasil, sinalizam e direcionam as formas de conceber a formação básica e a preparação profissional. A preparação profissional dos indivíduos, nesse contexto, deve ir além da mera transmissão do conhecimento, implicando mais um saber-ser do que um saber-fazer. O profissional músico, considerando a complexidade dos processos do mundo do trabalho artístico, necessita de uma ampliação na sua preparação.

Palavras-chave: preparação profissional, políticas educacionais, profissional músico

Abstract. The changes in the conceptions and practices of music education are due to much causality. From the reflection on the conditionings of these changes it is possible to understand, in the current educational policies context, the shift of the concept of vocational training to the concept of vocational education. The current educational policies, in Brazil, signal and give the directions about the ways of conceiving the person's basic schooling and the person's vocational preparation. The person's vocational preparation, in this context, must go further than the mere knowledge transmission, involving more a knowing-how to be than knowing-how to do. The professional musician, considering the complexity of the processes in the artistic work world, requires an enlargement on their preparation.

Keywords: vocational preparation, educational policies, professional musician

As mudanças nas concepções e práticas da educação musical devem ser compreendidas a partir da consideração de que elas não respondem a uma razão única, mas, sim, como afirma Hernandez (2000, p. 40), “a um conglomerado de causalidades que vão desde as próprias correntes artísticas e estéticas até as tendências educacionais dominantes, passando pelos valores sociais que regem cada época”. Por isso, acreditamos ser

importante iniciarmos nosso debate refletindo sobre os condicionantes das atuais mudanças educacionais que deslocam a concepção de ensino profissionalizante para a concepção de educação profissional. Dessa forma, poderemos compreender as determinações culturais, sociais, políticas e econômicas que caracterizam as atuais propostas para a preparação profissional dos indivíduos.

As propostas educacionais fundamentadas na concepção de ensino profissionalizante eram coerentes com os valores de uma sociedade influenciada pelo primado da razão, onde dividir era necessário e o conhecimento podia ser tratado numa perspectiva estática, descontextualizada e fragmentada. O compromisso da educação, nesse contexto, era com o passado, já que o conhecimento estava fora do sujeito, pronto, e deveria ser transmitido. As práticas pedagógicas, coerentemente, eram organizadas através de modelos estabelecidos *a priori* e de verdades existentes fora dos sujeitos. No entanto, a partir das mudanças nas bases materiais e axiológicas da sociedade, advindas das recentes descobertas das ciências e dos novos modelos de desenvolvimento, novas teorias do conhecimento passaram a embasar os projetos de preparação dos indivíduos.

As propostas educacionais fundamentadas no novo paradigma do conhecimento, diferentemente do que ocorria anteriormente, privilegiam a flexibilidade e a diversidade. A flexibilidade por conta da necessidade de considerar os diferentes modos de construção da aprendizagem, as diferentes interações entre o pensamento e o ambiente e a existência de processos coletivos de construção do saber. Nesse sentido, torna-se relevante a criação de ambientes de aprendizagens que favoreçam a cooperação e a partilha de experiências, integrando os sujeitos autônomos numa teia onde todos estão interconectados e são solidários na construção do conhecimento. Logo, só uma prática voltada para a pluralidade e flexibilidade seria capaz de favorecer um maior respeito às identidades e às diferenças.

O reconhecimento de que todos nós somos produtores de conhecimento e de que o mesmo é fruto das diferentes interações que o sujeito traça nas suas relações com o ambiente, com os objetos e com os outros sujeitos sinaliza a importância da superação das barreiras entre os indivíduos, entre as culturas. A construção do conhecimento, nessa ótica, necessita da ampliação dos espaços onde trafega o saber e exige formas diferenciadas de simbolização, de associações e de representações, pois a geração de novos modos de conhecer e a ampliação da imaginação e da intuição somente ocorrem na interação com o diferente, com o instigante.

São essas características multidimensionais da construção do conhecimento que traduzem a plasticidade e a flexibilidade necessárias ao processo pedagógico que objetiva a formação de se-

res autônomos, solidários, flexíveis e integrados. O dinamismo e a imprevisibilidade são elementos inseparáveis das práticas dos sujeitos e, por conseguinte, da prática pedagógica. Isso exige um pensar e um agir pedagógicos muito mais flexíveis.

Assim, o novo comprometimento da educação para com a multidimensionalidade, onde a intuição, as emoções, os sentimentos passam a integrar o processo de construção do conhecimento, é o indicativo para o rompimento com a existência de espaços que privilegiem a fragmentação e a separatividade. Do ponto de vista das novas teorias do conhecimento, o mundo passa a ser visto como uma rede de relações, uma totalidade em constante movimento, onde nada é definitivo. Essa rede de relações interconectadas é constituída de diferentes conceitos, teorias e modelos, não existindo, portanto, nada que seja mais fundamental ou primordial do que qualquer outra coisa. Além do mais, como o conhecimento está no sujeito, pois depende do que ocorre dentro dele, podemos dizer que cada indivíduo organiza a sua própria experiência e constrói seus conhecimentos, sendo um produtor de conhecimentos. Assim sendo, no novo paradigma, todos nós estamos sempre produzindo novos conhecimentos. O resultado dessas constatações implica na ausência de modelos, teorias e conceitos definitivos e preconcebidos. Portanto, a partir disso, entende-se que existe interdependência entre os indivíduos, os quais constituem uma totalidade integrada, articulada e contínua.

Considerando o que foi explanado anteriormente, a questão da preparação profissional não pode mais ser pensada a partir da simples transmissão de conhecimentos e do adestramento para formas de trabalho estáticas. Essa mudança, como podemos ver, é de ordem filosófica e não apenas metodológica. Entende-se, a partir disso, que as transformações que estão em processo ocorrem no âmbito da definição dos fins educacionais. A valorização da polivalência e da plurifuncionalidade, como necessidades básicas, está reorientando os programas educacionais, impondo novos parâmetros para a formação dos indivíduos. Nesse contexto, são valorizadas as suas capacidades criativas, os valores estéticos, a sensibilidade, a ética, a valorização da subjetividade, dos afetos, etc. Aos trabalhadores, conseqüentemente, é exigida a articulação dos vários saberes oriundos de diversas esferas (formais, informais, teóricos, práticos, tácitos) para resolver problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade de forma criativa e flexível. O que, em termos de qualificação, determina mais um saber-ser do que um saber-fazer.

Portanto, o processo educacional precisa ser reorganizado para atender a essas necessidades básicas de aprendizagem comuns a todos os indivíduos e, ao mesmo tempo, garantir uma preparação profissional ajustada às rápidas transformações do mundo do trabalho. Justificam-se, assim, as tentativas de se fazer funcionar uma rede complementar de educação profissional mais flexível e adequada às especificidades cada vez maiores do mercado de trabalho. Nesse sentido, a preparação para uma carreira profissional, devido a esse acelerado desenvolvimento das formas de organização do trabalho, necessita ficar a cargo de espaços e tempos diferenciados, atendendo aos princípios de flexibilidade, multifuncionalidade e laborabilidade.

Observa-se, portanto, que os deslocamentos ocorridos na determinação das necessidades básicas de aprendizagem acarretam a revisão e modificação do nível de exigência da escolaridade básica dos trabalhadores. Destarte, a educação básica assume importância *sine qua non* no sentido da preparação de todos os indivíduos para lidar com as mudanças nas formas de conviver, de exercer a cidadania e de organizar o trabalho, impostas pelas demandas de uma nova era dita cada vez mais globalizada e tecnológica. E essa preparação não pode mais ocorrer a partir de currículos fragmentados e deve ser considerada como condição básica para qualquer formação profissional.

Obviamente, como respostas às demandas da sociedade, as políticas educacionais procuram assegurar os novos caminhos a serem trilhados para a formação dos indivíduos na ótica do atual contexto político, social e econômico, indicando os valores e as formas de preparação que atendam às necessidades impostas pelas mudanças da sociedade.

Coerente com os novos paradigmas de desenvolvimento, a reforma educacional iniciada pela LDB nº 9394/96 introduziu a diferenciação e a separação entre preparação geral para o trabalho (que passa a integrar a formação básica nacional) e a formação profissional (preparação do indivíduo para o desempenho de profissão técnica). A partir disso, a preparação para o desempenho de profissões referenciadas nas diversas áreas profissionais passa a ser realizada em cursos complementares, porém articulados aos diversos níveis da educação nacional.

Portanto, na atual proposta de reforma educacional, o ensino profissionalizante passa por um

redimensionamento. Do ponto de vista da educação básica, o trabalho é tomado como eixo articulador da relação entre educação e cidadania, constituindo-se em um direito e um dever de todo cidadão. A educação básica deixa de ser profissionalizante e assume um caráter de preparação básica para o trabalho, considerado como uma dimensão unificadora da proposta curricular. Separada da educação básica, porém articulada a ela, a preparação para uma carreira profissional, nessa proposta, passa a integrar uma nova modalidade de educação, ou seja, a educação profissional, assumindo uma dimensão diversificadora e flexibilizadora, destinando-se àqueles que pretendem ingressar no mercado de trabalho.

Explicitando melhor essas transformações, o Parecer nº 15, que introduz a Resolução nº 3 do CNE e que estabelece as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, dedica especial atenção à caracterização da necessidade de uma educação básica pautada na perspectiva do trabalho e, além disso, em valores e princípios que estimulem a “criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, a afetividade”, como características de um tempo em que os fatores físicos e mecânicos não mais determinariam o modo de produzir e conviver. O documento também indica a necessidade de “devolver ao âmbito do trabalho e da produção a criação e a beleza, daí banidas pela moralidade industrial taylorista” (Brasil, 1999, p. 110). Além disso, também está explicitado que a educação das pessoas deve prepará-las para saber “transformar o uso do tempo livre num exercício produtivo”.

Mas o que tudo isso tem a ver com a questão da arte? Em um momento de superação e esgotamento das formas tradicionais de trabalho, onde as características criativas dos indivíduos são valorizadas e as antigas profissões entram em crise, efetivando o rompimento com o pleno emprego, novos paradigmas de formação surgem como propostas para resolver conflitos e criar novas formas de geração de capital e trabalho. É justamente nesse contexto, como podemos observar, que a arte passa a encontrar espaço nos discursos econômicos e políticos. Não é sem razão que, hoje, o discurso do capitalismo lança mão de algumas expressões para definir valores contemporâneos, entre elas: criatividade, iniciativa, diversidade, pluralismo cultural, estética da sensibilidade, valores estéticos, qualidade, etc.

Até pouco tempo, o desenvolvimento econômico podia estar divorciado das questões humanas e culturais, visto que o interesse era dirigido,

prioritariamente, para os setores de produção de mercadorias. Hoje, com a mudança provocada pelo acelerado desenvolvimento tecnológico, observamos uma tendência na organização da produção que ressignifica as relações entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Enquanto o projeto de sociedade estava vinculado aos processos de produção de valor, privilegiando a racionalidade técnica em detrimento da subjetividade, a cultura, o lazer e o ócio assumiam uma relação de suporte externo ao processo. No entanto, a partir do momento em que o projeto de sociedade redireciona seus caminhos para a valorização das ações pessoais, impondo a relatividade do conhecimento e a valorização dos projetos pessoais e, por que não, dos afetos, torna-se necessária a inserção de novos parâmetros no processo de produção que, conseqüentemente, passa a incluir a produção simbólica.

O indício dessa reorganização pode ser visto na indicação de temas, por parte de organismos internacionais, que vão da educação artística à educação para a igualdade de oportunidades, propondo a necessidade de algumas linhas de pesquisas direcionadas para alguns eixos, tais como: cultura, criação e criatividade, inovação e desenvolvimento; o setor cultural como tal e suas várias contribuições para o desenvolvimento; informação, cultura, sociedade da comunicação, indústrias culturais e desenvolvimento; a influência do desenvolvimento cultural no bem-estar individual e coletivo; os vínculos entre a cultura e os modelos de desenvolvimento; ciência e tecnologia, economia, cultura e desenvolvimento; desenvolvimento, cultura, população; entre outros (Cuellar, 1997, p. 394).

Assim sendo, considerando as transformações nas bases materiais e científicas da sociedade, parece não ser por acaso que a arte é considerada como componente obrigatório nos currículos da educação básica, tal como é evidenciado no artigo 32, inciso II e no artigo 36, inciso I da atual LDB, integrando a área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias do Ensino Médio. Com um tratamento interdisciplinar e contextualizado, a arte é identificada nos documentos oficiais, no que tange à educação básica, como sendo a forma de preparação para a constituição do pensamento simbólico, metafórico e criativo, indispensáveis na preparação para o exercício da análise, síntese e solução de problemas e como elemento facilitador na constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto, o imprevisível e o diferente, características de uma nova sociedade (Brasil, 1999, p. 75), revalorizando, dessa

forma, as teorias que destacam a importância dos afetos e da criatividade no ato de aprender.

De acordo com o referido documento, o que se está buscando é uma redefinição radical e de conjunto do ensino médio, onde os ideais do humanismo e da diversidade passam a ser agregados à forte referência nas necessidades produtivas e à ênfase na unificação. Fala-se, também, na necessária preparação de recursos humanos para um desenvolvimento sustentável, o que requer o desenvolvimento de capacidades de assimilação das mudanças tecnológicas e a adaptação às novas formas de organização do trabalho de forma criativa e estética.

Como podemos observar, as políticas educacionais procuram ajustar a educação aos atuais modelos do processo de produção, assinalando para o fato de que necessitamos de significativas mudanças na forma de conceber formação básica e a profissionalização dos indivíduos, assim como as carreiras profissionais.

Acrescenta-se a isso, como argumentação, o fato de que, hoje, são cada vez mais tênues as diferenças entre os setores primário, secundário e terciário da economia. Há a presença do terciário na indústria, do secundário na agricultura. Existe o fenômeno da terceirização de serviços, de uma nova sociedade que começamos a conhecer, que temos que entender, e que está introduzindo uma nova forma de visualizar as carreiras profissionais.

Nesse sentido, a área de serviços tende a ser identificada como a principal responsável por criação de postos de trabalho na sociedade tecnológica que o mundo está inaugurando. Nessa mesma linha de raciocínio, as atividades do setor cultural passam a ser consideradas como as mais promissoras para a geração de emprego e renda. Portanto, história da arte, línguas, teatro, dança, turismo cultural, informática, pintura, canto e música passam a integrar os projetos de investimentos dos setores econômicos e educacionais.

Seguindo esse fluxo e buscando incorporar as transformações do mundo da produção ao processo educacional, a arte é incluída também nos documentos das políticas educacionais para a educação profissional (Parecer CNE/CEB nº 16, Resolução CNE/CEB nº 4 e Referenciais Curriculares para a Educação Profissional) como uma área do setor produtivo de bens e serviços. Essa introdução, como vimos, não acontece por acaso. Ela está associada às mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas.

No que se refere à preparação profissional artístico-musical, devido às tendências apontadas anteriormente, podemos dizer que há um problema a ser enfrentado, qual seja: por conta de um processo histórico e cultural de desconsideração da arte como forma de trabalho humano, a preparação profissional sempre foi tema polêmico. Isso porque, ao longo dos anos, temos pensado os cursos de música de nível médio/técnico como uma preparação para o ingresso nos cursos de graduação ou, até mesmo, como diletantismo, sem a necessidade de objetivá-los como cursos que preparam para o mundo do trabalho. Até porque, historicamente, como já foi aludido anteriormente, sempre foi difícil para nossas escolas pensarem seus currículos do ponto de vista da preparação profissional.

Nossa tradição eurocêntrica e oitocentista fez com que discriminássemos qualquer outro tipo de atuação/preparação do músico que não fosse a do intérprete solista, admitindo-se, quando muito, sua atuação em grandes orquestras – o que não quer dizer que sejam preparados com esse intuito. Acrescentamos a isso a possibilidade de formação de compositores e regentes de grandes orquestras. Além disso, essa formação/preparação, tradicionalmente, tem se dado no âmbito das academias, ou seja, das universidades, através de currículos descontextualizados e tradicionalistas. O resultado disso é que as escolas de nível médio, ao longo do tempo, têm organizado seus currículos considerando os mesmos pressupostos e, conseqüentemente, não atendem às necessidades daqueles que estão fora do perfil estabelecido hegemonicamente, ignorando e discriminando as outras possibilidades de atuação profissional. Por conta dessa discriminação, os músicos têm ido à busca de outros espaços, procurando outros modos de preparação que atendam as exigências impostas pelos diferentes campos de atuação profissional.

Como tentou demonstrar o documento dos referenciais curriculares para a área, ao indicar as funções e subfunções, o campo de atuação do músico está em plena e constante expansão e complexificação, e não se resume exclusivamente aos espaços e carreiras hegemonicamente constituídos. O que significa dizer que, no planejamento das ações educativas que objetivam a preparação profissional, precisamos considerar os espaços de atuação profissional e as transformações no processo de trabalho. E, também, os espaços/tempos onde essa preparação deverá ser efetivada. Soma-se a isso a premência em considerar os novos processos tecnológicos que estão redirecionando a atuação desses profissionais, e que devem ser levados em conta no momento de construção de um currículo

que atenda as novas demandas profissionais.

O artista músico, hoje, está sendo pressionado a romper as amarras da tradição e ingressar numa realidade que é multicultural, dinâmica, tecnológica e interdisciplinar. Conseqüentemente, as escolas precisam pensar o tipo de preparação que pretendem a partir dessa mesma realidade. Logo, devemos abandonar as propostas meramente adaptativas a códigos e sistemas culturais estabelecidos e propor formas que incitem o desenvolvimento de capacidades de julgamento e de opção. Deve-se dar a oportunidade de acesso aos conhecimentos de forma a garantir aos futuros profissionais as possibilidades de enfrentamento das dificuldades e escolher os próprios caminhos.

Tudo isso nos faz pensar também que o maior desafio da escola reside no planejamento de ações educativas que garantam aos alunos os processos de apropriação e de transformação das informações, de forma dinâmica, crítica, contextualizada, em conhecimento. Logicamente, essa proposta implica no rompimento com a idéia de que o professor detém o conhecimento e que o aluno é apenas um depositário.

A própria configuração de novos perfis profissionais, por si só, já provoca novas tensões e deslocamentos em torno das formas de ensinar e de aprender na área. Visualizamos novos eixos de formação, dentre outros, nos seguintes deslocamentos:

- da preocupação sobre como recordar a informação para o interesse sobre como transferi-la para outras situações.
- da importância de saber aplicar fórmulas previamente aprendidas ou memorizadas para resolver problemas passou-se à necessidade de formular problemas e encontrar estratégias para resolvê-los.
- da importância exclusiva dos resultados ao interesse pelos processos de aprendizagem dos alunos.
- da valorização da quantidade de informação, do recitar de memória e da erudição, para a importância da capacidade para buscá-la, de forma seletiva, organizando-a e interpretando-a, dando-lhe sentido e transformando-a em conhecimento.
- da concepção de saber, como acumulação descontextualizada de informação, para a compreensão do caráter dinâmico do conhecimento.

– do reconhecimento da escola como espaço único de aprendizagem para a compreensão das inúmeras possibilidades de aprendizagem fora dela.

Diga-se de passagem, devido à complexidade dos processos do mundo do trabalho artístico, não podemos mais pensar que seja possível o desenvolvimento de competências por meio do simples exercício laboral descontextualizado, de procedimentos que incluam a mera observação, a simples explicação de outros profissionais, a repetição e a memorização. As demandas atuais são de outra ordem, elas determinam uma revalorização da ação da escola e dos professores e a definição de ações educativas que garantam a autonomia, a criticidade e a criatividade como direito de todos.

Por estarmos tratando a questão central deste artigo do ponto de vista da educação e não do mero ensino, devemos dar um passo adiante e pensar num tipo de preparação que, ao contrário do mero adestramento, possa atender aos anseios dos indivíduos na sua totalidade, ultrapassando as propostas elitistas e desvinculadas da realidade social, cultural, política e econômica. Isso implica na formulação de currículos cada vez mais flexíveis e contextualizados e que estejam em sintonia com a diversidade, tanto de espaços como de expectativas. E essas expectativas devem ser, em primeiro lugar, as do aluno, para que não venhamos a subordinar a educação às expectativas meramente mercadológicas e/ou ideologicamente constituídas.

Portanto, preparar profissionais críticos e reflexivos para uma sociedade que passa pela mundialização dos gostos e estilos torna-se tarefa desafiadora e instigante. Um dos desafios está em garantir os meios para a construção da identidade cultural, evitando a massificação e a reprodução acrítica. Observa-se que a base dessa formação não pode ser mais estreita a ponto de impedir as ligações criativas entre perspectivas distintas. Para isso devemos considerar que o momento atual exige a interação imaginativa entre as tradições culturais e as novas tecnologias. Somente uma metodologia multidisciplinar que possibilite ao profissional trabalhar através das fronteiras profissionais,

lidando com conhecimentos que envolvem a administração em artes, a produção em arte, a inserção das práticas artísticas em projetos integrados, os multimeios e as multimídias, a conservação de bens culturais, entre outros, poderá propiciar um tipo de preparação que amplie a autonomia, a crítica e a atuação em diferentes campos.

O mundo do trabalho do artista tem indicado que, atualmente, não é mais suficiente a mera preparação técnica. É preciso preparar o músico para gerir sua carreira, sensibilizando-o quanto aos diferentes ambientes em que vai atuar e as diferentes interfaces dessa atuação. Isso implica no domínio simultâneo de linguagens e tecnologias. Para isso, necessitamos pensar nossos currículos a partir de uma multiplicidade de recursos e de uma multiplicidade de situações que despertem a curiosidade e garantam a preparação para a gestão autônoma das carreiras profissionais, para diversificação das visões artísticas, para o intercâmbio entre os espaços artísticos e o aumento das possibilidades de escolhas profissionais.

Assim sendo, concluímos acrescentando que, considerando o potencial contra-hegemônico tanto da educação quanto da arte enquanto produção humana e forma de apreensão da unidade e da diversidade, da continuidade e das rupturas, torna-se necessário compreender essa área como um dos campos de batalha mais decisivos para que os indivíduos se tornem mais ativos e preparados para garantir seus direitos e proteger seus interesses, impedindo que se convertam em alvos de discriminação ou de controle de comportamentos e pensamentos. E quanto a isto, entendemos que, não importando o nível ou modalidade de educação, o domínio dos esquemas de expressão é uma necessidade – e um direito – no sentido da superação dessas discriminações e preconceitos. E essa superação deve se dar na busca do rompimento do divisor social entre os não dotados e os dotados, que destina a estes últimos a faculdade de produzir, de divergir e inovar, e àqueles a conformidade, dentro dos mesmos parâmetros sociais que reservam a arte e a cultura para uma minoria, desconsiderando o potencial criativo que cada ser humano é portador (Penna, 1990 apud Santos, 1997, p. 8).

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- CUÉLLAR, Javier Pérez de. *Nossa diversidade criadora: relatório da comissão mundial de cultura e desenvolvimento*. Campinas: Papirus / Brasília: Unesco, 1997.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- SANTOS, Marco Antônio Carvalho. *A educação musical e o ensino técnico de saúde*. Rio de Janeiro, 1997. Mimeografado.